

# PPS de olho no futuro

■ Freire apresenta projetos ao Congresso, confiante na vitória de Ciro em 2002

MARIA LÚCIA DELGADO

João Cerqueira

BRASÍLIA – O PPS confia tanto que alcançará o poder em 2002 que já está preparando o terreno para viabilizar a administração de Ciro Gomes, pré-candidato à Presidência da República. O presidente nacional do partido, senador Roberto Freire (PE), admite a estratégia e revela que apresentará um “pacote” de projetos, dentro da filosofia da legenda, que prega mudanças radicais na administração pública.

Alguns projetos, conta o senador, são polêmicos e até impopulares, mas nem por isso deixarão de ser apresentados. “Não se pode ser revolucionário só no gogó”, justifica Roberto Freire. Na última sexta-feira, o senador apresentou um projeto que extingue a prisão especial e dispõe sobre o cumprimento de pena em dependência separada. “Era bom que tivesse cama boa para todos os presos. Mas, se não pode para uns, que não seja para ninguém”, argumentou o senador.

“Legislações extravagantes”, segundo o presidente nacional do PPS, concederam a dirigentes sindicais, oficiais da Marinha, fiscais de vigilância, servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, juízes de paz, professores de 1º e 2º graus, membros da Defensoria Pública, pilotos de avião e transportadores de valor (carros-forte) o direito à prisão especial. “Não vai haver nenhum tratamento diferenciado”, afirmou Roberto Freire.

**Integridade** – “Entendemos que a única razão para a concessão de prisão diversa da comum, ou do cumprimento de pena em dependência separada das instalações penitenciárias comuns, é a garantia da vida ou da integridade física do preso ou condenado, qualquer que seja a sua classe ou posição social”, justificou o senador.

Pelo projeto de Freire, ministros, governadores, prefeitos, secretários de segurança, magistrados, membros do Ministério Público, oficiais das Forças Armadas, policiais federais, militares e civis e cidadãos que já foram jurados poderão ficar detidos em celas separadas quando a detenção nas dependências penitenciárias comuns



Ciro, pré-candidato do PPS à Presidência, teria administração viabilizada por projetos de Freire.

lhes trazer risco de vida ou à integridade física.

Outro projeto polêmico, para o qual Roberto Freire ainda não conseguiu recolher as assinaturas necessárias para garantir a tramitação, proíbe médicos de exercerem mais de um cargo no serviço público. A Constituição garante o privilégio aos médicos e professores.

Roberto Freire já foi procurado por lideranças do partido preocupadas com a impopularidade do projeto e com a repercussão negativa que poderia ter nas eleições municipais. “Quero

dizer que, se for para continuar tudo como está, então não precisam votar na gente. Privilégios absurdos precisam acabar”, rebateu o presidente do PPS.

Com o intuito de dar largada à integração do Sistema Único de Saúde (SUS), Roberto Freire aguarda a tramitação de outro projeto de sua autoria, que estabelece o estágio compulsório e remunerado de formandos em medicina em municípios do interior do país. “Isso significa que nenhuma cidade brasileira ficará sem médicos. O sistema público de saúde tem que ser pleno nos municípios.”

Também estão na mira de Roberto Freire os setores médicos que funcionam nos ministérios e autarquias. Tais estruturas, segundo ele, só atendem servidores públicos, sendo que os médicos são mantidos com recursos dos impostos pagos por todos os cidadãos. Segundo estimativas do PPS, a manutenção desses postos médicos demanda investimento de quase R\$ 2 bilhões. Ainda no pacote do PPS está o projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional, também apresentado na semana passada.